

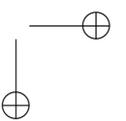
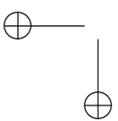
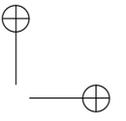
**A Filosofia, os seus Outros...
e a Razão do Leigo**



Miguel Soares de Albergaria

2009

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2009

FICHA TÉCNICA

Título: *A Filosofia, os seus Outros... e a Razão do Leigo*

Autor: Miguel Soares de Albergaria

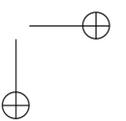
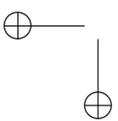
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

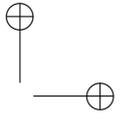
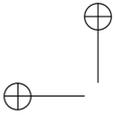
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Filomena S. Matos

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2009





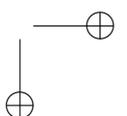
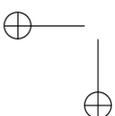
A Filosofia, os seus Outros... e a Razão do Leigo

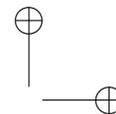
Miguel Soares de Albergaria

Índice

| | |
|---|----|
| 1. “A filosofia é a disciplina com a qual, ou sem a qual, se fica tal e qual” | 4 |
| 2. A filosofia e a alternativa entre a-presentação, re-presentação, e su-posição do que acontece. | 5 |
| 3. Filosofia científica: <i>Sim</i> . Prática filosófica: <i>Enfim...</i> Poesia filosófica: <i>Também talvez...</i> Filosofia poética: <i>Não!</i> | 8 |
| 4. Filosofia, história da filosofia, hermenêutica e análise linguística. | 13 |
| Referências Bibliográficas | 18 |

Resumo: A partir do uso de frases declarativas, reconheço a oportunidade de um discurso filosófico, mas eminentemente em correlação ao científico. A poesia filosófica e o discurso prático filosófico não serão de todo descabidos, mas a filosofia poética é-o. Em geral, a filosofia não se confunde com a sua história, nem com a hermenêutica e a análise lógico-linguística de que essa história (um pouco como no presente texto!) se serve.

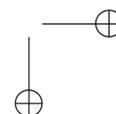
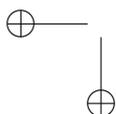


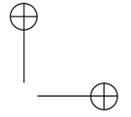
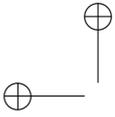


1. “A filosofia é a disciplina com a qual, ou sem a qual, se fica tal e qual”

Por um breve período dei aulas de filosofia no ensino secundário. Num dos primeiros dias, ao entrar na sala, alguém tinha escrito no quadro a frase acima citada. Como logo reconheci – por isso aliás deixei-a ficar a acompanhar-nos – creio ser ajustada a muito do que tem sido classificado como “filosofia”, em especial nos últimos dois séculos (aos alunos lembrei-lhes apenas o pormenor, *pragmático*, de que, sem esta disciplina, ficariam também sem o diploma desse nível de ensino, pelo que, *eticamente*, talvez fosse aconselhável não levarem aquela frase muito a peito. Mas essa seria uma questão para discutir – *filosoficamente*). Que a filosofia nos deixe tal e qual, em si mesmo não é mau. Apenas reduz essa actividade e os seus produtos, porque inconsequentes, ao estatuto de jogo, como o xadrez, o badminton... mas também como quaisquer especulações matemáticas enquanto destituídas de significado físico, como quaisquer modelos económicos que não apoiem a tomada de decisão em tempo útil, etc. Jogue-as, e assista ao jogo, quem com isso se entretiver. O defeito só começa quando se pretende radicar certos teoremas, juízos práticos... nessas elucubrações que não visam outro fim que o seu próprio processo. É que então é capaz de valer a lei de Murphy: o que pode correr mal, correrá mal!

Entretanto, logo desde a cosmologia e o lagar de Tales à política de Platão e ao multidisciplinar *Liceu* de Aristóteles, nem sempre se ficou *tal e qual*. O meu propósito nestas linhas é precisamente o de propor uma delimitação desta velha actividade intelectual na base da discriminação entre o que se esgota em si mesmo, e o que se ultrapassa em direcção à experiência geral da vida humana, precisando a filosofia ainda por contraposição a disciplinas que se lhe reportam mas que não satisfazem o que lhe é mais próprio, logo não devem ser confundidas com ela. Ou seja, procuro delimitá-la segundo os respectivos objectivos gerais, ou segundo as competên-





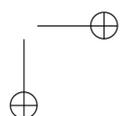
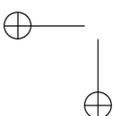
cias que a implementam, não chegando a abordar nem os métodos que permitam cumprir ou desenvolver esses objectivos e competências, nem mesmo – além das referências gregas que acabei de fazer – a tradição intelectual que assim tem sido designada.

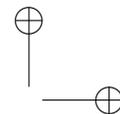
Quanto à legitimidade de algum ou de todos aqueles usos do termo “filosofia”, bem, seguirei simplesmente o critério dos direitos de autor: os primeiros discursos a quem ele é atribuído, e aos quais a tradição insiste em se remeter – como o de Tales, o de Platão... – cunham o seu significado. Os que depois daí divergiram deverão fazer o favor, para evitar equívocos, de se classificarem de outro modo. Ora o facto é que os primeiros que chegaram pretenderam ser, e foram, consequentes. Sem qualquer crítica ao entretenimento com discursos filosóficos, não os reduzirei portanto seja a outras disciplinas seja àqueles jogos. Quanto ao mais, valerá a nota 10.

2. A filosofia e a alternativa entre a-presentação, re-presentação, e su-posição do que acontece.

Entre as frases declarativas, interrogativas, imperativas, ou exclamativas, cingir-me-ei ao que se abre com base nas primeiras. A razão imediata para isso é de ordem económica – relevante num texto introdutório sem qualquer veleidade exhaustiva – mas creio que se poderia argumentar que os restantes tipos de frases de uma maneira ou de outra implicam o declarativo¹.

¹ Uma redução de frases imperativas que expressem obrigações – da forma “Tu deves...” – a frases declarativas que expressem estados de coisas corresponderá, em filosofia, a uma fundamentação teórica – metafísica e epistemológica – da filosofia prática – ética, filosofia política... Essa fundamentação será discutível. Mas não irei mais longe do que registar este eventual deficit filosófico da circunscrição ao âmbito das frases declarativas.



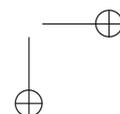
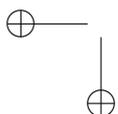


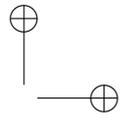
Consideremos que qualquer destas frases – ex. “isto é um computador” – se dispõe *em ordem* à satisfação, pela referência – no ex. mencionada pelo pronome demonstrativo – dos predicados que lhe serão próprios – ex. “é um computador”. Todavia, assim que se reconhecem casos linguísticos como o das célebres expressões “estrela da manhã” e “estrela da tarde” que têm significados diferentes mas apontam a mesma referência, estas últimas passam a ultrapassar as respectivas menções. A pragmática linguística constituir-se-á como uma colmatação dessa ultrapassagem ou hiato.

Consideremos três intencionalidades nessa pragmática: *i)* a da redução do fosso entre expressões e referências, em vista a uma *apresentação quase-directa* daquilo que há; *ii)* a assumpção da irreduzibilidade entre umas e outras, procurando-se antes *re-presentar* quaisquer casos *garantidamente* ainda que de forma *indirecta*; ou *iii)* dado algum objectivo, e à revelia de qualquer apresentação de quaisquer referências, a de *postular*, isto é, pedir que se aceite o que quer que fique implicado no cumprimento daquele objectivo na exacta medida em que contribua para tal cumprimento.

Na base dessas duas considerações, podemos distinguir a primeira destas intencionalidades mediante uma dupla negação: por um lado, a linguagem procura negar-se de modo a deixar presente a referência. Mas, por outro lado, isso apenas acontece segundo, ou conforme ao significado dos termos linguísticos e a respectiva sintaxe. Logo a referência, em si mesma, fica também negada para além do alcance da linguagem. Esta última constitui-se assim como *sintoma* daquilo que haverá ou que será o caso, enquanto isto é o que fica linguisticamente assinalado. É a forma das metáforas “poéticas”, com a sua tensão entre a justaposição dos termos que compõem a expressão e uma qualquer contradição ou desajuste entre eles² – veja-se a pergunta de Pessoa /Álvaro de Campos (*in*: «A Múmia», V) sobre aquilo de que afinal a sua poesia versa: “Porque

² Considerando até a sugestão semântica de *poiésis* como “fazer”, tomarei aqui a poesia como paradigma das linguagens artísticas.





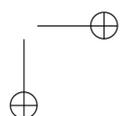
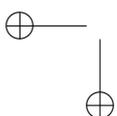
abrem as coisas alas para eu passar?!... Tenho medo de as deixar atrás de mim a tirarem a Máscara!... Que coisas incapazes de olhar estão olhando para mim?! Quem espreita de tudo?”.

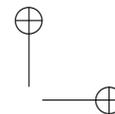
Ao contrário dessas negações, pela segunda intencionalidade a linguagem é assumida no seu desfasamento do mundo. Neste caso ela *reconstitui* o que quer que possa ser o caso, pondera as diversas hipóteses, e estabelece aquela que resultar desta ponderação. Constitui-se assim como *instrumento* em prol de outrem. Esta é a forma da “ciência”, que, como diz filosoficamente o matemático Bento de Jesus Caraça (2000: 102), “não tem, *nem pode* ter, como objectivo descrever a realidade *tal como ela é*. Aquilo a que ela aspira é a construir quadros racionais de *interpretação e previsão*; a legitimidade de tais quadros dura enquanto durar o seu acordo com os resultados da observação e da experimentação”³. Isto é, alguém poderá defender que alguns desses quadros racionais até descreverão a realidade; simplesmente não é esse seu estatuto que os constitui como “científicos”, mas sim a sua capacidade de facultarem interpretações e previsões, e a sua subsunção à experiência.

Finalmente a terceira intencionalidade caracteriza a linguagem prática, que, verbal ou não verbalmente, explícita ou implicitamente, apenas refere (postula) o que *convier* ao cumprimento de um objectivo – como seja o de resolver algum problema que se tenha imposto, o de facultar a produção de algum efeito pretendido, etc.

As linguagens prática, científica e poética oferecem-se assim como vias distintas para a concepção do que há – ex. isto *como* computador. Sobre a qual avanço uma terceira consideração de base: a de uma desnivelção nessa concepção geral entre a do que

³ Por sinal é precisamente na matemática que mais se poderá duvidar dessa afirmação, visto que os teoremas desta disciplina tradicionalmente justificam-se mediante provas demonstrativas – veja-se o exemplo do próprio Caraça ao longo de toda essa obra! Mas, pelo menos em relação às ciências que versam entes físicos bem como o comportamento humano, penso que podemos aceitar a afirmação deste autor.





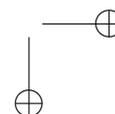
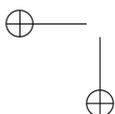
há enquanto tal, e a concepção de cada caso, de cada acontecimento, segundo a resposta (logicamente prévia) à questão do nível anterior. Penso que esta desnivelção conceptual se abriu na busca pré-socrática de um princípio do que há, em Platão e nos seus níveis ontológicos, na concepção aristotélica do ente como tal subjazendo a quaisquer determinações concretas dos entes assim estruturados,... até autores contemporâneos como Hilary Putnam (1988: 114) e a escolha primordial do esquema conceptual que enformará, depois, as concepções do que de cada vez esteja em causa. Tradicionalmente chama-se “filosofia” ao trabalho e à obra nesse nível radical.

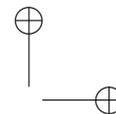
Enquanto se não sustenta (filosoficamente!) uma unicidade do esquema conceptual, de tal modo que até o possamos ignorar e circunscrever a actividade conceptual ao nível derivado, resta que qualquer acto linguístico implica um momento filosófico. Coloca-se-nos assim a questão das condições da escolha desse esquema.

**3. Filosofia científica: *Sim*. Prática filosófica:
*Enfim... Poesia filosófica: Também talvez...
Filosofia poética: Não!***

Tal escolha obriga à disponibilização de quaisquer dispositivos de ponderação, pois, sem esta, a linguagem não se reduz à menção de *um* mundo onde qualquer comportamento, de cada vez, *pode* ocorrer – antes enumera uma multiplicidade de mundos negando assim alguma base onde se radique qualquer comportamento que lhe seria consequente.

A ciência produz esses dispositivos, nomeadamente no âmbito dos “quadros racionais de interpretação e previsão”, pelo que em alguma medida cumprirá o seu momento filosófico. Desde logo isso acontecerá relativamente ao subconjunto de quadros especi-

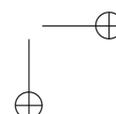
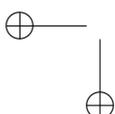


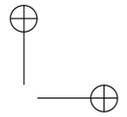


ficamente filosóficos que, contidos no conjunto geral dos quadros racionais de uma certa previsão, sejam permitidos ou infirmados pela verificação ou não desta última. Mas creio que isso acontecerá também num segundo plano: o do facultamento, ou não, de desenvolvimentos teóricos particulares antes de quaisquer verificações. Refiro-me, por exemplo, às geometrias não-euclidianas que, muito antes das observações cosmológicas terem verificado as previsões feitas na base da teoria da relatividade geral em detrimento das decorrentes da teoria newtoniana da gravidade, ao se desenvolverem apelaram a um conceito do espaço não intuitivo mas construtivo – este segundo conceito revelou-se assim *mais frutuoso do que* o kantiano. Enquanto pois se não dispensar o nível conceptual radical, qualquer concepção científica começa com algumas determinações filosóficas⁴.

De modo análogo, a prática coloca em cheque o que quer que fique implicado num processo que se frustra ao tentar interferir num estado de coisas. Mas se eu quiser adoçar o café, não preciso conhecer a composição química do cloreto de sódio para, depois duma experiência salgada, nunca mais colocar na chávena qualquer granulado branco que eu perceba como “sal”. Assim a dispensa da reflexão – ex. sobre a composição química – afastará a resolução de problemas do recurso a um nível radical além daquele onde se verifica o problema, bem como depois alguma sua resolução. En-

⁴ Penso que a irredutibilidade desses dois níveis científicos, correlacionando-se porém necessariamente no discurso precisamente “científico”, é bem patente na obra de W. Heisenberg a que J.M. Paulo Serra (2008) alude. São os fundadores das teorias quântica e da relatividade que a física desde então tem desenvolvido que aí assumem que os processos que, no sentido restrito que decorreu do positivismo, têm sido chamados “científicos” são insuficientes para a implementação da ciência tal qual esta se faz. Ao contrário, esta não apenas parte mas frequentemente se remete de novo àqueles outros processos que, ainda no mesmo sentido estrito, são chamados “filosóficos”. Ao alargar nestas páginas o uso do adjectivo “científico” limito-me pois a respeitar a totalidade e dinamismo desse processo conceptual.



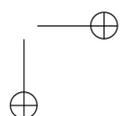
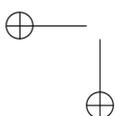


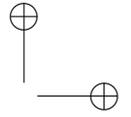
fim, talvez por vezes chegue a sugerir qualquer passo filosófico, mas deixarei aqui esta questão em aberto.

Uma poesia filosófica também é perfeitamente legítima, em verso ou em prosa – o já citado Fernando Pessoa oferece bons exemplos dessa poesia⁵. A própria ciência, como observou José Enes (1999), elaborará metaforicamente os seus conceitos básicos, ou seja, comportará um momento poético ainda que em prosa. Mas a metáfora pré-científica não é mais do que a sugestão de uma referência, a proposta de uma hipótese, não chega a estabelecer algo por entre alternativas – como os esquemas conceptuais enquanto se não sustentam a unicidade de algum.

Em troca, uma filosofia poética que tente isolar o mundo como tal – isto é, que vise não aquilo que é suposto constituir o mundo mas este último além de cada um dos seus elementos – pretendendo depois apresentá-lo quase-directamente, parece-me ser de todo ilegítima. Vejam-se estes típicos enunciados heideggerianos: “A linguagem é a casa do ser. Nesta habitação do ser mora o homem” (Heidegger, 1985: 33). Tal como “Que coisas incapazes de olhar estão olhando para mim?”, também aqui há uma tensão entre, de um lado, a justaposição dos termos usados, e, do outro, um desajuste entre eles – “linguagem” não significa algo que se costume considerar como “casa”, e menos ainda “ser”, “habita” e “mora” costumam ser usados juntamente com “homem” de tal modo que as referências do primeiro termo e deste último verifiquem respectivamente as outras duas numa mesma “casa” (!). Há no entanto uma distinção substancial em relação ao verso pessoano: é que neste, “coisas”, o resto do poema o diz, significa paredes, pano de mesa, porta, etc., ou seja, aquilo que *de imediato se encontra no horizonte espaço-temporal* (e que precisamente costuma ser designado “coisas”). É de tudo isto, reconhecidamente incapazes de olhar, que o poeta diz no entanto que o estão fazendo. Independentemente do

⁵ Ex. poema «Ah, perante esta única realidade que é o mistério,» de F. Pessoa / Á. Campos.

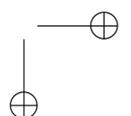
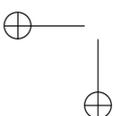




que “olhar” passe aí a significar, a poesia funciona porque parte (começa) do que é imediato e, negando-o, sugere um estado dessas coisas que se não reduzirá àquela imediatidade espaço-temporal. A filosofia poética, porém, pretende partir já deste outro horizonte – “linguagem” não pertence ao mesmo conjunto que “porta” ou “pano de mesa”, antes *designa* este conjunto⁶; o ser não é ao lado ou depois de alguma porta ou de qualquer pano, ele constitui a própria faculdade de cada um destes acontecer porventura ao lado um do outro. É a partir dessa base que esse autor alemão e os seus congêneres pretendem então sugerir um outro estado ainda das *coisas* que aí se encontram. Mas precisamente que *coisas* são essas? Como se começa por lhes chegar? Ao tomarem directamente a linguagem, o ser, etc., o que parece é que esses autores lhes reconhecem algum tipo de realidade – afinal alguma *automanutenção* verificará o ser para que este se possa diferenciar⁷ dos entes (daquilo que é). Do reconhecimento duma *alternativa metafísica* na concepção de “ente” decorre porém que a afirmação de qualquer delas, como já dissemos, implica a rejeição da alternativa. Ou seja, resulta de uma ponderação. A isto porém se furta a dita filosofia poética. Esta avança antes para sugestões linguísticas como na poesia... a despeito de se furta à base desta última por ter avançado logo para o plano indirecto dos conceitos reconstitutivos que são próprios da ciência. De furto em furto, a mim parece que esses autores acabam em nada. Por isso lhes tenho estado a furta o nome

⁶ Isto é: “linguagem”, apenas enquanto menção, pertence ao mesmo conjunto que aquelas outras menções – o de quaisquer menções. Seguindo porém a desnivelação de Tarski (1944), enunciados da forma “a linguagem é...” são *verdadeiros ou falsos no âmbito de uma dada linguagem objecto (O) para a qual se está a definir “linguagem”*, sendo este enunciado distinguido em itálico (então posto entre aspas) verdadeiro ou falso no âmbito de uma metalinguagem na qual se define “linguagem”-em-O.

⁷ Heidegger chama-lhe a diferença ontológica; continuando em *Op.cit.*: 34, verificamo-la por exemplo nesta frase: “Toda a eficácia, porém, funda-se no ser e espraia-se sobre o ente”.



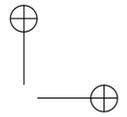
“filósofos”. Ficam por “autores”, uma vez que têm de facto produzido muitas páginas escritas, mas mesmo o nome “pensadores” não me precipitaria a aplicar-lhes⁸.

Na fronteira entre a (pretensa) filosofia poética e a científica (mais as eventuais prática e poesia filosóficas) ficarão quando muito obras como o *Tractatus* de Wittgenstein (1987: 6.54), o qual depois de discorrer abstractamente conclui essa obra dizendo: “As minhas proposições são elucidativas pelo facto de que aquele que as compreende as reconhece afinal como falhas de sentido, quando por elas se elevou para lá delas. (Tem que, por assim dizer, deitar fora a escada, depois de ter subido por ela). Tem que transcender estas proposições; depois vê o mundo a direito”.

Em suma, na clarificação do mundo nunca há o sol do meio dia, toda a luz deixa sempre alguma sombra. Terei no entanto o gosto de ultrapassar este meu relativo cepticismo no dia em que os filósofos-poetas, ainda que sem quaisquer ponderações, nos proporcionem uma *efectiva* via de acesso ao sítio que um seu próximo, o escritor José Saramago, postulou quando explicou a sua adesão ao partido comunista na ressaca da invasão soviética à Checoslováquia porque “os princípios continuavam lá”⁹. Agora, enquanto não oferecerem

⁸ Até porque, segundo Heidegger, “o pensar, pelo contrário, deixa-se requisitar pelo ser para dizer a verdade do ser” (*Op.cit.*: 34). Ora, por mais que se ultrapasse uma “interpretação «técnica» do pensar”, na qual “o próprio pensar é tido (...) como o processo da reflexão ao serviço do fazer e do operar” (*ibid.*: 34, 35), não consigo vislumbrar que sentido é que “verdade” pode ter na asserção, em que esse autor embarcou, de que o III Reich havia de durar mil anos (viu-se) e salvar a germanidade (está-se vendo) bem como o Ocidente... Ou no seguinte juízo: que o comunismo e o “americanismo” se equivaliam *metafisicamente* (*ibid.*: 67, 68) – pergunto-me para quê sequer perder tempo com um tal uso da dita “metafísica” se o resultado foi prever uma equivalência entre as estruturas do Gulag e do Estado de Direito, da ineficácia económica e da produção, etc.

⁹ Cito de memória: entrevista a Miguel Sousa Tavares, transmitida pela cadeia de televisão SIC pouco tempo depois da entrega do prémio Nobel da literatura ao escritor português; o itálico, obviamente, é meu.

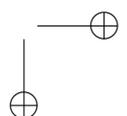
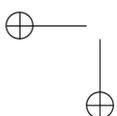


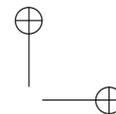
ao menos o seu exemplo pessoal numa *efectiva* fuga às lagartas dos blindados, às grades das prisões... emigrando para aquele puro e paradisíaco “lá”, nós outros, pobres mortais, não temos razão para iluminarmos o mundo que continuamos a habitar segundo essa luz divina que esses senhores proclamam.

4. Filosofia, história da filosofia, hermenêutica e análise linguística.

Delimitando ainda um pouco melhor o que seja a filosofia, agora pela negativa, penso ser útil apontar que ela se socorre frequentemente de três disciplinas que têm objecto próprio, e que o cumprem segundo métodos também próprios, pelo que são relevantes e legítimas, mas que perdem tal legitimidade assim que se confundem com a filosofia.

Uma destas disciplinas é a história das ideias filosóficas. O seu objecto particular é a *sucessão das propostas* filosóficas sobre aquilo que é real. Deste modo ela *pressupõe* uma tese filosófica sobre o significado de “realidade”, e uma outra sobre a temporalidade. Não é portanto ela própria filosófica – por não ser radical – ainda que apresente a cada filósofo toda uma panóplia de obras disponíveis ao diálogo, bem como algumas consequências dos respectivos usos. Por exemplo, apresenta os *Prolegómenos a Toda a Metafísica Futura* que Kant (1982: 11) introduziu dizendo que “há letrados para quem a história da filosofia (tanto antiga como moderna) é a sua própria filosofia; os presentes prolegómenos não são escritos para eles.” E aos historiadores da filosofia o grande filósofo prescreveu em seguida: “deverão aguardar que os que se esforçam por beber nas fontes da própria razão tenham terminado a sua tarefa, e será então a sua vez de informar o mundo do que se fez”. Pela minha parte não diria que a tarefa da história se reduz à

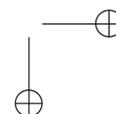
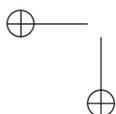


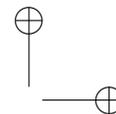


mera divulgação das obras feitas; antes visa uma obra própria, que é a da compreensão do mundo humano ao longo do tempo – sendo a filosofia uma parcela dessa obra. Mas, em diálogo com Immanuel Kant, faço minhas as suas palavras de distinção entre uma e outra disciplinas.

Mais concretamente, a história das ideias filosóficas toma como principal método a determinação do sentido dos discursos (escritos ou orais). Seja, hermeneuticamente, pela exposição de uma dimensão profunda do discurso só a partir da qual este ganhará sentido; seja, analiticamente, pela contraposição entre os elementos discursivos afim de despistar quaisquer hipotéticos sentidos que porém sejam quebrados por uma contradição de alguns desses elementos. A hermenêutica e a análise lógico-linguística podem facultar instrumentos comunicacionais úteis ao trabalho filosófico. Mas apenas determinarão elas mesmas um mundo se *pressupuserem* um vínculo entre a realidade e a linguagem. Um estabelecimento desse vínculo não lhes é possível pois, implementando-se elas no seio da linguagem, teriam que interpretar ou analisar esta última em geral, para depois interpretar ou analisarem a expressão linguística dessa primeira reflexão, depois o mesmo numa segunda reflexão, até, no infinito, poderem enfim enfrentar criticamente a hipótese daquele vínculo. Ou de modo mais concreto, para que quem se assume como intérprete se julgue autor é necessário que interprete em alguma obra que os intérpretes são autores, depois que interprete nesse sentido a obra que resulta daquela primeira interpretação, etc. Quedando-se pela referida pressuposição, estas outras duas disciplinas não se constituem portanto também como trabalho filosófico propriamente dito. Em troca, para que este último trabalho se reduza a elas é necessário que comece por recusar a eventual multiplicidade de esquemas conceptuais, de modo a se esquivar a qualquer ponderação.

Em síntese, a história das ideias, a hermenêutica e a análise dos textos distinguem-se afinal da filosofia porque a tomam como um

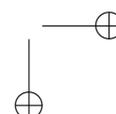
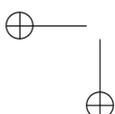




dos seus objectos, enquanto o objecto desta última não é ela própria mas sim a realidade.

Numa confirmação até de que essa distinção entre filosofia e história não significa que desta última não possam vir incentivos para a primeira, termino, historiograficamente, com a citação da abertura de Michael Dummett (1999: 1): “The layman or non-professional expects philosophers to answer deep questions of great import for an understanding of the world. Do we have free will? Can the soul, or the mind, exist apart from the body? How can we tell what is right and what is wrong? *Is there any right and wrong, or do we just make it up? Could we know the future or affect the past? Is there a God? And the layman is quite right: if philosophy does not aim at answering such questions, it is worth nothing*”¹⁰. Apenas não concordo com o filósofo britânico num *por maior*: não

¹⁰ Enfim, poderá valer como entretenimento, como fonte de prestígio no seio dum pequeno grupo social... O que não será legítimo é que, desistindo de responder efectivamente a tais questões, ou seja, é que valendo nada para os outros, alguns porventura se mascarem da velha filosofia consequente, e deixem uns quantos no engano de pagarem impostos e propinas que financiem os seus (dos primeiros) jogos privados. Como exemplo contarei este episódio: quando já se anunciava o fim da carência de licenciados em filosofia para a docência do ensino secundário em Portugal, um departamento desta disciplina numa universidade pública procurou cativar alunos (creio que na altura os salários dos respectivos professores já provinham de um orçamento indexado ao número de estudantes) com informação que indicava visar o curso não apenas o desenvolvimento pessoal, mas algumas saídas profissionais em organizações internacionais como a ONU. Na altura esse departamento já teria licenciado umas largas dezenas (ou poucas centenas) de estudantes. Perguntei então a uma docente – tenho ideia que à época Directora desse departamento – quantos desses antigos alunos tinham encontrado emprego em tais organizações (eu não ouvira falar de um único). Ela iludiu a pergunta, e continuou falando sobre o seu departamento como se não tivesse percebido o sentido da minha questão. Enquanto contribuinte, só me posso regozijar por essa universidade ter entretanto encerrado o ensino da filosofia (... ainda que tenha desviado os docentes com contrato efectivo para cursos com o mesmo destino, cativando estudantes e as famílias que os sustentam até aqueles funcionários garantirem as suas reformas – *business as usual*). Mas, enquanto cidadão, lamentaria fortemente se verificasse ter razão



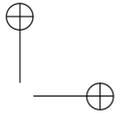
basta “visar” (to aim at) tais respostas; é necessário *i*) alcançá-las pelo menos na medida em que facultem alguma diminuição dos problemas assim equacionados, e que *ii*) os recursos nelas dispendidos não sejam superiores a eventuais respostas não filosóficas¹¹. Dummett foi ainda demasiado condescendente¹².

para, enquanto contribuinte, reivindicar o mesmo para *todos* os departamentos de filosofia em Portugal.

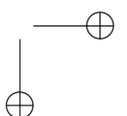
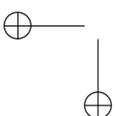
¹¹ Por exemplo, se uma professora de filosofia, recorrendo a dispositivos teóricos disponíveis na panóplia filosófica contemporânea, propuser teses bioéticas equivalentes às de juristas, tendo em conta que os dispositivos jurídicos têm muitíssimas mais aplicações e não serão mentalmente mais árduos de obter, é *mais económico* dedicar recursos de tempo, energia... ao estudo desta área do que à ética filosófica. O mesmo se dirá de uma médica, uma bióloga... que tenham adquirido valores por via religiosa, sócio-cultural... e que juntando estes valores aos respectivos conhecimentos científicos alcancem resultados equivalentes aos daquela professora. Curiosamente, talvez se esta última se assumir como historiadora da filosofia seja aí mais útil, para apresentar as alternativas tradicionais perante o aborto, a eutanásia, etc.; mas após essa primeira reunião deve ser dispensada pois o único contributo que passaria a ter para dar seria o da confusão.

¹² Um interlocutor sugeriu-me que a questão da paz interior se poderá constituir como uma consequência legitimadora do empreendimento intelectual, até pela sua eventual transmissão de umas pessoas a outras. Logo com Aristóteles (*Ética a Nicómaco*, I) penso que poderemos considerar esse estado de espírito como a dimensão vivencial ou subjectiva do processo de responder a perguntas como as que M. Dummett enuncia, pacificando-nos precisamente na medida em que vamos cumprindo o processo. Outra coisa, porém, será pretender como que curto-circuitar esse trabalho de pacificação, de modo a tentar alcançar esta meta sem nos obrigarmos a quaisquer escolhas noéticas, e nomeadamente dispensando justificações científicas.

No seio deste atalho, ou queima de etapas, a paz constituiria a consequência própria à filosofia de tal modo que quaisquer trabalhos filosóficos, por mais díspares (e disparatados) que fossem, ficariam suficientemente validados se a facultassem aos seus autores. Onde a pedra entra no sapato de quem se mete por tais atalhos, me parece, é afinal no esclarecimento do significado de “paz interior”, bem como na determinação do seu critério de aplicação. Basta lembrarmos-nos do discurso de um maníaco-depressivo na fase da mania, de como Estaline se acalmava ao acrescentar nomes às listas de execuções, etc., etc., para de imediato não confiarmos na mera introspecção da pessoa supostamente pacificada –



isto é, a paz não será simplesmente o estado de quem diz “Eu estou em paz”. Em alternativa temos o critério pragmático, e cristão (*Mateus*, 7, 15-20), das obras. Mas este critério será universal, ou pelo contrário decorre já duma antropologia que concebe o homem como criador? – como apontei ao meu interlocutor, poucos ocidentais terão atribuído uma conotação nobre ao adjectivo “pacífico” quando aplicado aos monges budistas que calcorreavam os arrozais do Vietname indiferentes às populações massacradas pelo napalm americano e pelas represálias dos Vietcong, assim como estes monges talvez nem aplicassem tal adjectivo a quem correu a chicote e pontapé comerciantes à porta dum templo, e disse o que disse (isto é, insultou) todos quantos cumprem a lei sem lhe observar o espírito. Todavia uns e outros reivindicam-no. Será então que o termo “paz” traduz directamente, ou seja, pode *sempre* substituir e ser substituído por “peace”, “paix”,... como se houvesse um denominador comum entre estes termos? Ou o sentido é antes contextual, e tanto em relação ao contexto no enunciado dados os restantes termos usados, quanto ao contexto situacional em que todo o enunciado surge? Afinal, *escolhemos* comprometer-nos com o realismo (que afirma aquele denominador comum) ou com o anti-realismo de cada vez que usamos uma linguagem verbal? E, se precisamente se abrem aqui estas duas alternativas, porquê seguir uma em vez da outra? Se tanto faz, então não há que apontar caminhos – nomeadamente não há que procurar a *paz* em detrimento de por exemplo a *guerra* (o que quer que esta seja), é tudo equivalente – se porém se verificam diferenças que justifiquem uma escolha importa saber como reconhecê-las. Ou seja, como se justificam as escolhas. Parece-me bem que assim que se radicaliza a percepção da contingência das escolhas, de tal modo que até o significado de “paz interior” tem que ser escolhido, a dita *paz* deixa de poder justificar o processo que a ela levou. Nessa altura é antes à teoria da justificação, a qual tem que comportar uma sua própria justificação, que compete possibilitar a referência a *alguma* paz interior. (Infelizmente, aqui como em tanta coisa, os atalhos não se revelam uma boa escolha).



Referências Bibliográficas

- Caraça, Bento de Jesus, 2000. *Conceitos Fundamentais da Matemática*. 3ª ed. Rev. P. Almeida. Lisboa: Gradiva.
- Dummett, Michael, 1999. *The Logical Basis of Metaphysics*. Londres: Duckworth.
- Enes, José, 1999. Noeticidade metafórica da linguagem científica. In: *Noeticidade e Ontologia*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 47-65.
- Heidegger, Martin, 1985. *Carta sobre o Humanismo*. Trad. Pinaranda Gomes. Lisboa: Guimarães Editores.
- Kant, Immanuel, 1982. *Prolegómenos a Toda a Metafísica Futura*. Trad. A. Morão. Lisboa: Edições 70.
- Putnam, Hilary, 1988. *Representation and Reality*. Londres, Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Serra, J.M. Paulo, 2008. Filosofia e Ciência. In *LusoSofia*, http://www.lusosofia.net/textos/serra_paulo_filosofia_e_ciencia.pdf. Consultado em Abril de 2009.
- Tarski, Alfred, 1944. The Semantic Conception of Truth and the Foundations of Semantics. *Philosophy and Phenomenological Research*, 4: 341-376.
- Wittgenstein, Ludwig, 1987. *Tratado Lógico-Filosófico*. Trad. M.S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.